

Revista do **SESCON RS**

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

ANO X | Nº 74 | DEZEMBRO DE 2015

ENTREVISTA
FERNANDO
SCHÜLER

PÁG. 6

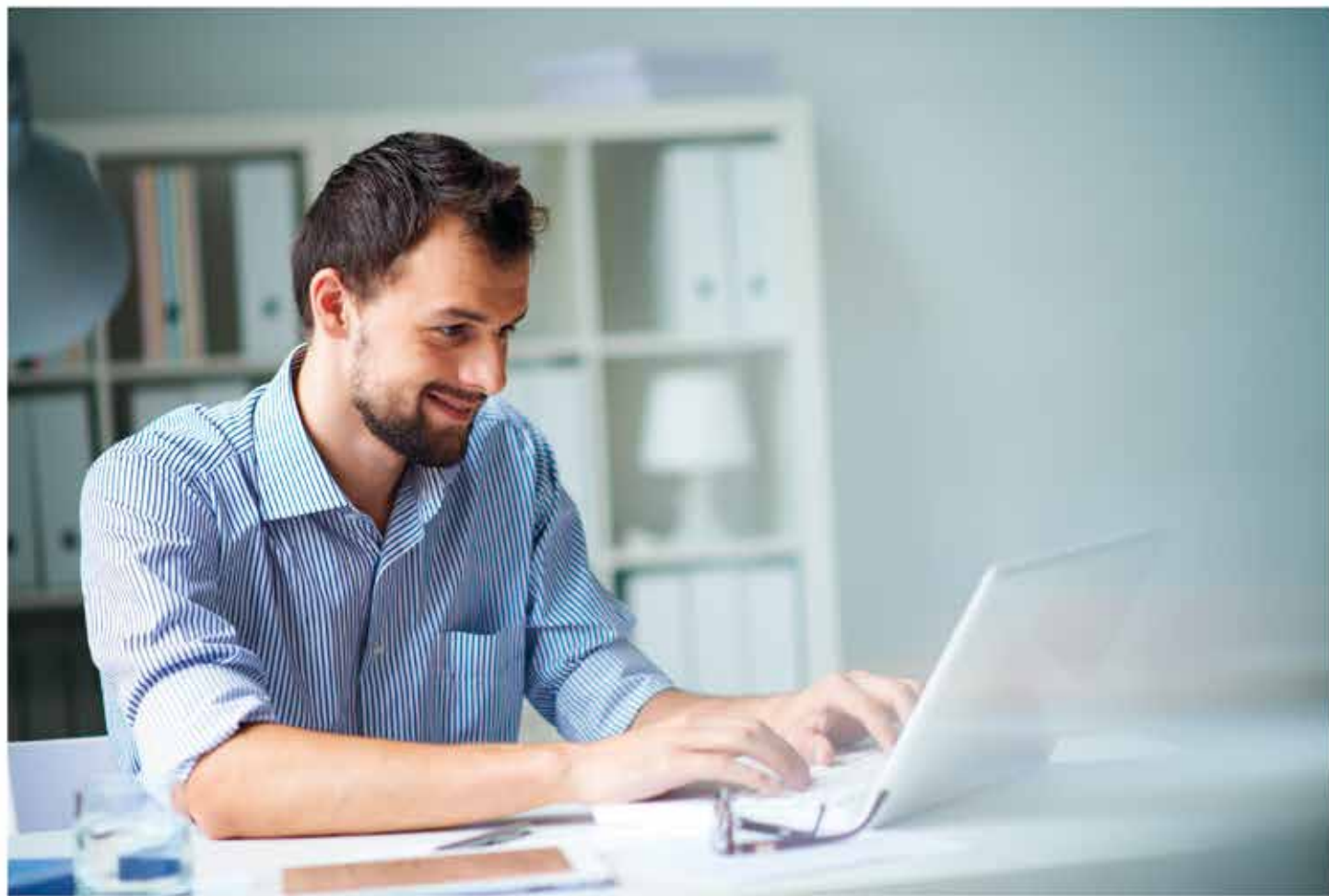
Gestão e
inovação no
3º EGESCON

PÁG. 8

Destine 6% do IR a projetos sociais

PÁG. 12





DOMÍNIO CONTÁBIL PLUS, SIMPLES PARA VOCÊ. COMPLETO PARA SEU ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE.

O Domínio Contábil Plus é um conjunto de módulos totalmente integrados para oferecer à sua empresa de contabilidade tudo o que você precisa para uma administração controlada e de alto desempenho, facilitando a realização dos trabalhos diários. Desenvolvido pela Thomson Reuters, por parte das soluções Domínio Sistemas, o software possibilita automatizar, gerenciar e organizar, de maneira simples, todos os procedimentos contábeis, desde a abertura até o fechamento de uma empresa, proporcionando mais produtividade e qualidade ao serviço prestado.

Para mais informações entre em contato conosco pelo telefone: **0800 645 4004**
www.dominiosistemas.com.br

DOMÍNIO



THOMSON REUTERS

Prezado leitor

O projeto Gestão Pública Eficaz, que analisa as contas públicas e destinação dos recursos públicos, foi uma semente que fertilizou duas novas e importantes ações do SESCON-RS em nosso Estado. A primeira foi em implementar o Ospoa, juntamente com outras entidades de classe. A ONG tem a missão de atuar na educação fiscal e na observação dos processos de licitação. Somente em um quadrimestre foi possível contribuir com a economia de R\$13 milhões para os cofres da Prefeitura de Porto Alegre.

Ainda no campo fiscal, nossa entidade se integrou ao projeto Escolha o Destino, do Governo do Estado, que possibilita a doação direta de até 6% do Imposto de Renda devido para entidades assistenciais que atendem crianças e idosos. Muito além da vigilância sobre a gestão do orçamento público, queremos também participar de projetos que atendam toda a sociedade, a exemplo do Escolha o Destino.

Destacamos, ainda, em nossa publicação a realização do 3º EGESCON, evento que se consagrou por trazer aos empresários do setor contábil, novos conceitos de gestão, inovação e liderança. Confira também a entrevista especial com o cientista político Fernando Schüller, o artigo do Augusto Cury, que foi palestrante de destaque na 16ª CONESCAP, e as mudanças sobre os Ganho de Capital.

Boa leitura e o nosso Feliz Natal e um 2016 com muitas conquistas e realizações.

FOTO: GUILI BOLFONI



DIOGO CHAMUN
PRESIDENTE

3	PALAVRA DO PRESIDENTE
4	PANORAMA
6	ENTREVISTA
8	EGESCON
11	ARTIGO
12	CAPA



16	INFORME TÉCNICO
17	GESTÃO
18	AÇÕES SESCON-RS
20	ACONTECEU
22	PONTO DE VISTA

Ospoa contribui p de economia

Fundado em dezembro do ano passado, o Observatório Social de Porto Alegre (Ospoa) integra uma rede composta por mais de 100 observatórios em 16 Estados. Além de acompanhar as licitações, a entidade voluntária atua na educação fiscal e na inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios, como também na construção de indicadores da Gestão Pública, prestando contas de seu trabalho à sociedade.



FOTO: OBSERVATÓRIO SOCIAL/DIVULGAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PORTO ALEGRE NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS VEREADORES

Já em seu primeiro ano de atuação, o Observatório Social de Porto Alegre apresentou resultados significativos em sua contribuição na avaliação dos processos de licitação dos órgãos municipais da capital gaúcha. Com o monitoramento das compras públicas e apoio preventivo da equipe do Observatório Social, foi possível contribuir para uma economia na ordem de R\$ 13 milhões em apenas quatro meses de acompanhamento. Os primeiros resultados, relativos ao segundo quadrimestre do ano – maio a agosto –, foram apresentados na Comissão de Economia e Finanças da Câmara Municipal (Cefor). “Ao todo, foram fiscalizados

32 processos entre licitações e outros e, de 24 licitações verificadas, 15 não sofreram qualquer tipo de apontamento. Isso demonstra um dado positivo quanto às formas adotadas pelo município”, destacou o Presidente do Ospoa, Diogo Chamun.

Ainda segundo Chamun, o Observatório, já na sua fase inicial, está atingindo seus objetivos propostos. “O nosso trabalho é promover conversas, visitas e abordagens, colocando-nos sempre como parceiros da Prefeitura. Somos um apoio ao Executivo e é assim que estamos sendo recebidos”, disse, ao destacar que a Secretaria da Fazenda tem aberto os canais de comunicação

Para R\$ 13 milhões em licitações

necessários para a realização de análises do Osboa.

Os Observatórios Sociais são instrumentos pelos quais os municípios exercem a participação e cidadania, por meio de ações de acompanhamento da gestão pública, em especial em relação às licitações. “A nossa função é contribuir com o progresso do município. Se ajustarmos os processos e os regramentos, aumentamos a chance de chegar a valores mais justos ou reais.”

Para o presidente da Comissão de Economia da Câmara Municipal, vereador João Carlos Nedel (PP), é preciso ter a certeza de que os recursos públicos estejam bem aplicados quanto às finanças do município. “Queremos permitir a divulgação desta transparência dos dados da Prefeitura da nossa Capital aos municípios”, destacou. O parlamentar ainda se disse preocupado com o futuro da cidade diante da crise que enfrentam os governos federal e estadual. “Para que isso não se transfira para o município.”

Nedel afirmou que o anseio dos vereadores, assim como dos cidadãos, é de que os processos licitatórios sejam reais, “pois já vimos maus exemplos em outros setores”. Para ele, “é bom que o município de Porto Alegre e organismos sociais estejam atentos às ferramentas de controle, pois isso dá uma certa tranquilidade ao contribuinte quanto à aplicação responsável das verbas públicas”, ratificou.

O QUE É UM OBSERVATÓRIO SOCIAL (OS)?

São organizações instituídas e mantidas pela sociedade civil, tendo por objetivo promover a conscientização da sociedade para a cidadania fiscal e propor aos governos locais a adequada e transparente gestão dos recursos públicos, por meio de ações de participação e controle social.

São organizações instituídas e mantidas pela sociedade civil, tendo por objetivo promover a conscientização da sociedade para a cidadania fiscal e propor aos governos locais a adequada e transparente gestão dos recursos públicos, por meio de ações de participação e controle social.

Os Observatórios Sociais agem de forma preventiva, no fluxo dos processos, antes que os recursos sejam gastos, conforme padrão estabelecido pelo OSB.



A REDE OSB ESTÁ PRESENTE EM MAIS DE 100 CIDADES, EM 18 ESTADOS BRASILEIROS.

FERNANDO SCHÜLER, CIENTISTA POLÍTICO

“É preciso passar

■ GUTO MOISÉS

Fernando Schüler é Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com ênfase em Filosofia Política. Atualmente, em São Paulo, é professor do INSPER. Entre 2007 e 2010, foi Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul.

Temos hoje uma crise política e econômica ao mesmo tempo. Qual é a sua avaliação neste ambiente onde o país está em recessão e não há uma expectativa positiva?

Há, em primeiro lugar, uma crise ética. E uma crise ética não se resolve “politicamente”. Por vezes, escuto a ideia ingênua de que precisamos de um grande “acordo” para sair da crise. Mas isso não resolve. É preciso passar a limpo o País. Investigar, julgar, punir. E muitos dos envolvidos na corrupção ocupam posições de poder. Então se trata de um processo difícil e doloroso. Mas que precisa ser feito, sob pena da perda de legitimidade das instituições. O governo Dilma irá até 2018. Será um governo instável, frágil, recessivo, marcado por uma forte tensão política. Não tem jeito. Foi a escolha que o País fez nas eleições de 2014. A democracia é assim. O presidencialismo é assim. Escolhas têm consequências. O foco agora é manter o espírito republicano. Apoiar o trabalho de nossas instituições, do Judiciário, do Ministério Público, e exigir que o governo pare de errar. Por exemplo: nossa carga tributária gira em torno dos 40%. A máquina pública é enorme e ineficiente. Faz algum sentido recriar a CPMF? Capturar mais 1,3% do PIB para Governo? Esta deve ser a reflexão do cidadão.

Somos uma democracia ainda jovem, talvez por isso, temos muito a evoluir no contexto político-partidário. Temos quase 30 partidos políticos, e o eleitor desconhece seus programas e ideais. Como especialista na ciência política, como pode explicar esta esquizofrenia partidária?

Nosso sistema eleitoral estimula a dispersão partidária. Adotamos o chamado “voto em lista aberta”, sem cláusula de barreira,



FERNANDO SCHÜLER

com um generoso fundo partidário, com tempo de televisão gratuito para os partidos, e um enorme “espólio” de cargos políticos e verbas orçamentárias à disposição dos políticos, em todas as esferas do Estado. Em qualquer democracia, é assim: as regras do jogo definem o comportamento dos atores. Quando você tem um Estado grande, o incentivo para capturar rendas no mercado político é alto. 90% de nossos partidos não têm nenhuma consistência ideológica. São apenas estruturas de “operação” política para ocupação de cargos e posições de poder. O Brasil deveria fazer o seguinte: migrar para a lógica do voto distrital; enxugar o tamanho do Congresso (alguém já se perguntou por que temos três senadores por Estado?); reduzir drasticamente o tamanho do Estado (por que temos 22 mil cargos de confiança só no governo federal?); acabar com as chamadas “emendas individuais ao Orçamento”, que são instrumentos de cooptação política com dinheiro público;

a limpo o País”

FOTO: FERNANDO SHÜLER/ARQUIVO PESSOAL



acabar com o financiamento empresarial de campanhas políticas, e muitas outras coisas. Há uma longa agenda republicana a ser implementada. É preciso alguma sabedoria e coragem para fazer isso.

Para os mais liberais, o Estado deveria atuar nas políticas públicas em favor de sua população, como saúde, segurança e educação, como está em nossa Constituição. Mas não é isso que acontece. Qual é o tamanho de um Estado e quais seriam suas prioridades?

Na verdade, a Constituição brasileira é muito mais “generosa”. Ela gerou uma ampla carga de obrigações sociais, que vão muito além da saúde, segurança e educação. O que não é necessariamente ruim. O problema é que a Constituição gerou, igualmente, um modelo de Estado que não funciona. Criou, por exemplo, o RJU, o Regime Jurídico Único dos servidores. Ele concede estabilidade no

emprego plena a todos os funcionários públicos, em todos os níveis. A Constituição criou, também, um sistema de previdência social sem idade mínima para aposentadoria, fortemente deficitário, ao longo do tempo. Em países como México, Chile e Argentina, para citar exemplos latino-americanos, a idade mínima para aposentadoria já está em 60 ou 65 anos, dependendo do caso. Por que no Brasil ainda é possível alguém se aposentar com 53 anos, ou menos? E por que insistimos em um modelo de gestão estatal de presídios, escolas e hospitais, quando há modelos de gestão público-privado, como as *charters schools*, nos Estados Unidos, ou as Organizações Sociais, em São Paulo, muito mais eficientes? É preciso reformar o Estado. Modernizar, enxugar a máquina pública, fazer com que os serviços se voltem para o interesse dos cidadãos.

Somos um país em desenvolvimento, temos uma área territorial imensa, problemas de igual tamanho. A educação – caminho encontrado por outros países para sua evolução – tem os piores índices possíveis em termos de qualidade no ensino.

Na minha visão, o Brasil precisa olhar para o exemplo do ProUni. Um programa de enorme sucesso, criado em 2004. Como ele funciona? Muito simples: o governo oferece uma bolsa, e o aluno escolhe onde quer estudar. Vamos pensar em Porto Alegre: ele escolhe entre a PUC, Unisinos, Ulbra, Fadergs, UniRitter, qualquer uma que desejar. Não se trata de uma “cota”, nem de um privilégio. É um direito. O Governo não tem o custo de construir escolas, burocracia, fun-

cionalismo público, previdência pública, greves todos os anos, etc. O modelo funciona perfeitamente. Daí vem a pergunta: por que não fazemos o mesmo com a educação básica? Nos estados e nos municípios? A resposta é simples: porque nossos políticos não têm conhecimento, nem coragem de fazer, e a sociedade não pressiona. Temos que mudar o paradigma: o Estado deve garantir o acesso à educação, mas deixar que o setor privado, com ou sem fins lucrativos, faça a gestão das escolas. É a única maneira de tratar os cidadãos com igualdade, sem o *apartheid* que vigora hoje em nossa educação básica.

Para finalizar, temos em 2016 eleições municipais e em 2018 para Presidência da República. Qual seria o modelo adotado para que as eleições não fossem sinônimo de porta aberta para a corrupção?

Achei muito positiva a aprovação do registro de voto impressa. Não sigo teorias conspiratórias, nem posso dizer (ninguém pode) que houve qualquer problema com as urnas nas últimas eleições. Mas a desconfiança é péssima para a democracia. A democracia supõe que todos confiem plenamente nas “regras do jogo”. É como no futebol: quem iria topiar participar de um jogo sabendo que o juiz puxa para o lado do adversário? Em um plano mais geral, insisto que o Brasil deveria avançar para o modelo do voto distrital, e sem financiamento empresarial de campanhas. Mas acho que isso ainda vai demorar para acontecer. Como disse Tom Jobim, certa vez: “O Brasil não é para principiantes”.

Gestão e inovação

■ GUTO MOISÉS

Com um programa que levou em conta a experiência de jovens empreendedores e o espírito inovador, o evento trouxe ainda a importância da marca nas organizações e os projetos sociais que mudam o rumo das crianças.



no 3º EGESCON

A cerimônia de abertura do 3º EGESCON – Encontro Gaúcho das Empresas de Serviços Contábeis – contou com a presença do ex-governador Germano Rigotto, dos presidentes da Fenacon, Mário Berti, da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, do CRC-RS, Antônio Carlos Palácios, e da Secretária de Políticas Sociais do Governo do Estado, Maria Helena Sartori. O evento teve adesão de mais de 300 empresários e de empresas expositoras, realizado nos salões da Sogipa, em Porto Alegre.

“A terceira edição do EGESCON foi a confirmação de um evento que reúne um público qualificado, exigente por conteúdo e que deseja estar atualizado com as novas ideias de gestão”, disse Diogo Chamun, presidente do SESCON-RS, ao confirmar que a pesquisa realizada junto aos participantes “superou todas as expectativas e seus objetivos”. Chamun destacou ainda que o EGESCON surgiu por iniciativa

da gestão anterior com o propósito de contribuir com temas que tratassem de Gestão e de Liderança para os empresários contábeis. “Inicialmente, o encontro era para acontecer a cada dois anos, mas já na primeira edição obtivemos uma avaliação altamente positiva, indicando o acerto de sua realização, que se integrou no calendário anual da entidade”, comentou o presidente.

Os resultados da pesquisa de satisfação junto ao público referendaram em 94% o formato do evento e sua programação, que acontece em um período de um dia e meio, o que permite maior participação dos empresários. Os temas abordados são cuidadosamente escolhidos a partir dos critérios norteadores, com destaque para palestras sobre Gestão, Inovação e Liderança. Além disso, o evento se complementa com um espaço próprio para uma feira de negócios, oportunizando o congressista a se atualizar das novidades do mercado para seu negócio. E também

entrar em contato direto com as empresas expositoras que atuam, através de convênios, com produtos e serviços do interesse dos associados do Sindicato das Empresas de Serviços do RS.

Chamun destacou também a oportunidade do evento para participação dos gestores de áreas das empresas de contabilidade. “Diferentemente de outros congressos, que exigem maior disponibilidade e viagens, o EGESCON oferece maior possibilidade de participação das equipes das empresas contábeis, em especial, as que estão localizadas na região metropolitana de Porto Alegre.”

Uma das novidades deste ano foi o aplicativo para smartphone, desenvolvido para o acesso às informações sobre a programação e para interagir com os palestrantes. “Foi mais uma inovação para dar mais comodidade e facilitar o acesso às informações e maior interação com os palestrantes para a realização de perguntas após a explanação

FOTO: SESCON-RS/ASCOM



FEIRA DE NEGÓCIOS

FOTO: SESCON-RS/ASCOM



MAIS DE 300 EMPRESÁRIOS

FOTO: SESCON-RS/ASCOM

**FLÁVIO DO CANTO**

dos temas”, comentou o diretor de eventos, Flávio Dondoni Jr.

BEL PESCE

Na edição deste ano, a palestra magna ficou por conta de uma jovem empreendedora. O tema escolhido por Bel Pesce foi sobre Oportunidades, a partir das suas vivências no Vale do Silício, nos Estados Unidos. Em uma narrativa informal, a jovem empresária e fundadora da Fazlnova, escola de empreendedorismo, mostrou que os caminhos para novas oportunidades nascem da atitude de quem deseja realizar, de quem vai atrás dos seus planos, vencendo obstáculos e aprendendo com suas próprias decisões. “Nesta edição, decidimos por um conjunto de palestras mais leves, de caráter mais humanista, trazendo experiências de jovens empreendedores e talentos em suas áreas de atuação”, explicou o presidente do SESCON-RS. Juntamente com Bel Pesce, participaram da programação o empresário Arthur Bender, especialista em estratégia de marcas e membro do comitê de estratégia do conselho do grupo Paquetá; o cineasta Joni Galvão, criador de roteiros da empresa The Plot Company, e Murilo Gun, um dos pioneiros da internet no Brasil, ganhador de dois prêmios iBest como melhor site pessoal. Destaque também

para a palestra de Paulo Vaz, Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC/SP, criador de um sistema único que mede a produtividade do trabalho e permite definir com exatidão o valor a ser cobrado pelo serviço. O evento contou ainda com uma palestra na área social, através do Projeto do Instituto Reação, no Rio de Janeiro, desenvolvido pelo judoca Flávio Canto, medalhista olímpico.

PATROCINADORES

O apoio de patrocinadores foi, mais uma vez, de extrema importância para a realização do evento. O patrocínio Master foi da Wolters Kluwer e a Conta Azul foi o patrocínio Ouro. Os patrocinadores Prata foram as empresas CSI Sistemas Contábeis e da Alterdata Tecnologia. O 3º EGESCON recebeu apoio institucional do Sistema FENACON, do Sistema Fecomércio e do Conselho Regional de Contabilidade do RS. A mídia oficial foi o programa Contabilidade na TV e o evento ainda

FOTO: SESCON-RS/ASCOM

**JONI GALVÃO**

contou com a presença do programa Rádio Livre, da rádio Bandeirantes.

FEIRA DE NEGÓCIOS

A feira de negócios do 3º EGESCON contou com os seguintes expositores: Wolters Kluwer Prosoft, Alterdata Software, SESCON-RS, Windel Sistemas, Village Marcas e Patentes, SCI Sistemas Contábeis, Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RS), Gren Card, Magistral Gestão de A a Z, SECAD – Sistema de Educação Continuada à Distância, Registrare Acompanhamento de Processos, Kor Corretora de Seguros, 2 Cloud, Telecon Sistemas, KL Quartz e Juliano Brito Sociedade de Advogados.

FOTO: SESCON-RS/ASCOM

**MURILO GUN**

O oportunismo em branding pode matar a sua marca

■ ARTHUR BENDER

A pergunta que me fazem de forma recorrente (principalmente em períodos de crises de mercado) é sempre a mesma: qual a maneira ideal de se investir pouco e obter alto retorno para uma marca, de preferência num prazo curto? E minha resposta é invariavelmente sempre a mesma: não existe chance de se construir valor em branding de forma oportunista. Marcas fortes são o oposto a qualquer tentativa de oportunismo. Por quê?

1. Primeiro: valor percebido numa marca jamais pode ser confundido com visibilidade. Obter alta visibilidade para uma marca é algo relativamente fácil. Mas somente visibilidade não garante nada. Sua marca pode ficar muito conhecida rapidamente (por “n” motivos) e mesmo assim, não acrescentar valor algum ao que ela significa na mente dos potenciais clientes. E mesmo tendo uma marca visível e conhecida, sua empresa pode ter sérios problemas de mercado. É preciso que sua marca além de conhecida, seja “reconhecida” com valor no mercado e isso exige uma série de esforços paralelos ao da visibilidade.

2. Segundo: marcas fortes são o resultado de uma combinação de três esforços que levam algum tempo para serem construídos: “conhecimento”, “diferenciação” e “relevância”. É a combinação desses três aspectos sobrepostos que faz com que a marca seja percebida em “alta conta”. Ou seja, que ela possa ser lembrada entre as primeiras opções, que seja retirada da “vala

comum” das outras marcas e que também seja a principal opção na hora do “bater martelo” da compra.

3. Terceiro: entre os três fatores, diferenciação é um ponto crítico. Sem fazer com que o consumidor perceba alguma diferenciação as chances de ser escolhido são mínimas. A não ser por preço, porque o consumidor raciocina assim: se é igual, por que eu vou pagar mais? Neste sentido, nunca esqueça: quanto mais igual aos concorrentes, menor o valor percebido.

Então, uma marca precisa construir na mente dos seus públicos uma diferença de valor significativa. Isso é vital. Sem ela, não existe saída a não ser baixar o preço. E você deve imaginar o que acontece depois disso...

4. Por último, você precisa entender que marcas fortes são também o resultado da percepção de relevância para os seus públicos. Quanto mais relevante (sob algum aspecto), maior o valor percebido. E para isso, você vai precisar mergulhar de cabeça na ideia de tentar entender o mundo pela perspectiva do outro (seus clientes) que é quem realmente determina valor para os nossos negócios. E isso, não pode ser fruto de uma única pesquisa ou de algum esforço momentâneo de investigação, mas sim resultado da construção de uma cultura de ouvir e procurar entender a perspectiva de seus públicos. E não preciso lhe dizer que isso não se faz de forma oportunista.

FOTO: ARTHUR BENDER/ARQUIVO PESSOAL



ARTHUR BENDER

Ao contrário. Essa construção para ser sólida e sustentável precisa ser construída com extrema coerência e consistência. Você pode fazer pouco, mas procure ser coerente em tudo o que faz. E faça de forma continuada. Por fim, lembre sempre que marcas são o resultado das experiências que proporcionam aos seus públicos. E jamais esqueça: essa coerência – mesmo nas horas mais difíceis – será muito bem recompensada pelo seu cliente. Pois o consumidor é implacável com marcas incoerentes e oportunistas. E tudo o que queremos como gestores de marcas são relações sólidas e sustentáveis. E isso é o oposto do oportunismo. Vale a pena, acredite.

■ Empresário, especialista em estratégia de marcas, escritor e palestrante. É autor dos livros *Paixão e Significado da Marca* e *Personal Branding*

O destino do

ESCOLHA O DESTINO

www.escolhaodestino.rs.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TOCOS

PELO RIO GRANDE

GABINETE DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS

ESCOLHA O DESTINO

GOVERNO DO ESTADO LANÇA SITE DA CAMPANHA ESCOLHA O DESTINO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul lança, nesta terça-feira (17), às 14 horas, no Salão Negrinho do Pastoreio, no Palácio Piratini, o site da campanha Escolha o Destino. ... [Leia mais](#)

Emater mobiliza servidores para a campanha Escolha o Destino

A secretária do Gabinete de Políticas Sociais, Maria Helena Sartori, participou, nesta terça-feira (1) de uma reunião técnica na Emater para falar sobre a campanha Escolha o Destino, que incentiva a doação de parte do Imposto de Renda devido para os fundos da criança e do adolescente e da pessoa ido... [Leia Mais](#)

Estado lança site da campanha de incentivo aos programas sociais para jovens e idosos

A ferramenta de mobilização tem como objetivo promover a doação de recursos de percentual do Imposto de Renda para os Fundos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa, além de divulgar programas e projetos beneficiados. Segundo o governador José Ivo Sartori, a iniciativa

Página Inicial

O que é o Escolha o Destino

Fundos Estaduais

Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA

Fundo Estadual da Pessoa Idosa - FUNEPI

Doações aos Fundos Estaduais

Correntistas do Banrisul

■ GUTO MOISÉS

A Receita Federal autoriza que 6% do IR possa ter o destino desejado pelo contribuinte para ações sociais.

No RS, os cidadãos podem beneficiar entidades que atuam em projetos sociais para crianças e idosos.

O Governo do Estado, juntamente com o SESCON-RS e demais entidades apoiadoras, apresentou à população gaúcha o projeto Escolha o Destino, que visa destinar recursos do Imposto de Renda devido a entidades assistenciais de crianças e idosos. Para Diogo Chamun, “esta é uma ação que a nossa entidade se engajou desde o primeiro momento, até porque desde o ano passado já havíamos iniciado projeto semelhante junto às assessorias contábeis do Estado. Com o projeto Escolha seu Destino, o

imposto de renda em suas mãos

SESCON-RS se associa em uma ideia ainda maior para uma causa nobre. É uma ação sem custo, que se vale apenas da informação e orientação transmitida pelos escritórios contábeis para os contribuintes através do atendimento aos seus clientes. E o mais importante: o declarante do IR terá a opção de direcionar parte do dispêndio do imposto anual para um local conhecido, participando diretamente dos projetos sociais”, concluiu.

“Normalmente, as pessoas dizem que pagam impostos e não sabem para onde vai. Com este projeto, o cidadão gaúcho, que paga Imposto de Renda, tem a possibilidade de escolher o destino da parcela de 6% para o fundo que desejar”, disse a secretária do Gabinete de Políticas Sociais, Maria Helena Sartori.

O caminho para a tomada desta decisão está no recém-lançado site www.escolhaodestino.rs.gov.br. Segundo o governador José Ivo Sartori, a iniciativa possibilita que a sociedade participe das ações públicas. “Precisamos envolver todos os segmentos sociais para otimizar recursos que podem ficar no Estado. O cidadão vai escolher o

destino da sua doação e investir em programas sociais estaduais”, ponderou. “Queremos mobilizar os gaúchos através do Escolha o Destino para aplicarem suas doações em programas sociais voltados para crianças, jovens e idosos”, explicou Maria Helena. “Através do site www.escolhaodestino.rs.gov.br e mediante depósitos identificados com nome e CPF do doador, recursos importantes permanecem no Rio Grande do

Sul e melhoram a vida dessas pessoas que tanto necessitam.”

De acordo com a secretária, “os valores do IR são depositados diretamente nas contas dos fundos escolhidos, os quais são responsáveis pela gestão e aplicação dos recursos através de seus editais. Eu tenho certeza que as pessoas que souberem do projeto e tiverem acesso a ele irão fazer isso”, argumentou Maria Helena. “Queremos mobili-

FOTO: DANIELA BARCELLOS/PALÁCIO PIRATINI



GOVERNADOR JOSÉ IVO SARTORI APRESENTOU O PROJETO NO PALÁCIO PIRATINI

zar os gaúchos através do Escolha o Destino para aplicarem suas doações em programas sociais voltados para crianças, jovens e idosos”, propôs ela.

R\$ 300 MILHÕES

“A Receita Federal nos informou que temos um potencial de manter no Estado mais de R\$ 300 milhões através da decisão das pessoas físicas que possuem IR a pagar. Desse valor, apenas R\$ 14 milhões ficaram retidos no Estado no ano passado, ou seja, cerca de 5%”, comentou a secretária.

Com a finalidade de incentivar o cidadão gaúcho, ela diz que a participação ao projeto é como “fazer a solidariedade acontecer sem qualquer custo para ninguém”, pois se trata do destino tributário devido para apoio a causas sociais. Ela destaca também que são os pequenos valores que irão fazer a grande diferença: “Às vezes, as pessoas pensam que destinar R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 é muito pouco, mas é justamente com a soma destes valores que teremos ainda mais recursos para os conselhos das crianças e dos idosos. E o nosso objetivo é este: reter estes recursos no Estado para atender às demandas sociais da população gaúcha”. Isso irá mudar a realidade de muitas entidades que atuam de forma voluntária, as quais necessitam sempre de recursos para o desempenho de suas atividades.

CONTADORES

Para Maria Helena, os contadores são os grandes porta-vozes deste projeto, pois podem orientar seus clientes a tomarem esta decisão. “Contamos com o SESCOB-RS como entidade que representa as empresas contábeis, as quais são fundamentais neste processo de multiplicação da informação tributá-



MARIA HELENA SARTORI

ria aos seus clientes. Os profissionais contábeis são fundamentais neste processo. Eles possuem acesso direto ao público que desejamos mobilizar e conscientizar sobre o destino do IR. Como é um imposto devido que deve ser pago, é fundamental oferecer as opções legais ao cidadão, que poderá escolher o destino da parcela de 6% do IR”, concluiu Maria Helena Sartori.

CONSELHOS

Somente neste ano o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica-RS) deliberou, através do Edital 01\2015, a liberação de recursos para projetos apresentados por diversos municípios gaúchos na ordem de R\$ 2 milhões. Garantiu, dessa maneira, o atendimento direto de centenas de crianças e adolescentes do Rio Grande do Sul. Além de atender suas famílias, atuando de modo significativo no combate a toda forma de violência, que é a função pública do Conselho e do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Já o Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEI), presidido por Jussara Rauth, entende que a campanha Escolha o

Destino, cuja finalidade é a divulgação e o incentivo à captação de recursos financeiros, tem o nobre propósito de garantir a proteção e os direitos dos idosos. “Sendo o CEI competente para gerir o fundo e fixar critérios para sua utilização, vai direcionar os valores captados para o acolhimento de projetos que objetivem melhorar a qualidade de vida daqueles idosos que enfrentam situação de abandono, seja por questões familiares ou por sua própria condição econômica”, disse a presidente.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Edson Brum, “o site não só mobiliza, mas também esclarece a população sobre doação permitida no seu imposto de renda”. O parlamentar informou ainda que no site da Assembleia Legislativa tem um link solidário ao projeto para que esses recursos permaneçam no Rio Grande do Sul.

CAMPANHA

A campanha Escolha o Destino enfatiza a importância da doação por intermédio do Imposto de Renda, sobre o valor devido, no percentual de até 6% para Pessoa Física e de 1% para Pessoa Jurídica que recolhe sobre o lucro

real. O limite é estabelecido pela legislação federal. Quem aderir ainda no mês de dezembro poderá doar mais. A ação prevê, também, um trabalho de orientação aos municípios, para constituição de conselhos municipais.

A campanha é uma ação conjunta entre o Gabinete de Políticas Sociais e a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) e conta com a parceria do SESCON-RS, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, Conselho Regional de Contabilidade (CRCRS), ONG Parceiros Voluntários, OAB/RS, Banrisul, Lions e Famurs.



DIOGO CHAMUN

CEDICA DESTACA CAMPANHA COMO PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Cedica) entende o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Feca) como uma ferramenta necessária à viabilização das políticas públicas do segmento Criança e Adolescente. Especialmente dentro do princípio normativo do Cedica ser instância de controle e monitoramento das políticas públicas, tendo, para tanto, competências normativa e deliberativa.

A campanha Escolha seu Destino atua diretamente na destinação dos recursos para os programas e políticas que beneficiam crianças e adolescentes gaúchos. Mais do que uma significativa experiência de participação cidadã, destaca-se como de elevada responsabilidade social a um segmento social tão vulnerável e carecedor de toda atenção e prioridade.

CEI APOIA CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO ESCOLHA O DESTINO

As pessoas idosas já representam um terço da população gaúcha. No âmbito do Rio Grande do Sul, o Fundo Estadual da Pessoa Idosa abre a possibilidade de financiamento de programas e ações relativas ao idoso, assegurando direitos sociais e criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

O CEI, portanto, apoia e colabora com a campanha para sensibilizar o povo gaúcho para buscar, senão a eliminação do problema, pelo menos minimizar o sofrimento e as privações que afligem os idosos que muito contribuíram e, em inúmeros casos, ainda contribuem plenamente para o progresso do nosso Estado.

Medida Provisória altera ganhos de capital

Dentre as medidas do ajuste fiscal do Governo Federal, haverá aumento das alíquotas nas transações que envolvam a comercialização de imóveis, veículos e ações.

Ano novo, novas alíquotas para quem realizar a venda de bens e direitos. A partir de 1º de janeiro de 2016, os contribuintes que obtiverem ganho de capital na venda de imóveis, veículos, ações terão de pagar mais Imposto de Renda. E o especialista em Imposto de Renda, o contador Celio Levandovski, chama a atenção que o imposto deve ser pago no mês subsequente à operação. “Se houve a venda do imóvel em janeiro, o recolhimento do ganho de capital deverá ser feito até o dia 28 de fevereiro.”

O aumento foi determinado pela Medida Provisória nº 692 e faz parte das medidas de ajustes fiscais do Governo Federal. A estimativa é que o aumento das alíquotas do IR gere receita adicional de R\$ 1,8 bilhão por ano.

Segundo a MP, a partir de 2016, os ganhos obtidos até R\$ 1 milhão continuarão sendo tributados em 15%. Se o ganho ficar acima de R\$ 1 milhão e até R\$ 5 milhões, a alíquota sobe para 20% (mais 33,3%). Os ganhos acima de R\$ 5 milhões e até R\$ 20 milhões passarão a ser tributados em 25% (mais 66,7%).

Ganhos acima de R\$ 20 milhões terão IR de 30% (mais 100%).

Levandovski destaca que a MP não alterou as tabelas de isenções, as quais devem ser aplicadas caso a caso, conforme as leis vigentes. “É um momento adequado para avaliar cada situação através da assessoria contábil, pois, com esta alteração, é possível realizar um planejamento familiar e de sucessão”, comentou.

Importante destacar que a medida prevê como o IR incidirá sobre casos de alienações parciais do bem ou direito. A partir da segunda operação, o ganho de capital deve

ser somado aos ganhos obtidos nas operações anteriores, deduzindo-se o valor do imposto pago nas operações anteriores.



CELIO LEVANDOVSKI

Estão sujeitas à apuração de ganho de capital as operações que importem:

1) alienação, a qualquer título, de bens ou direitos ou cessão ou promessa de cessão de direitos à sua aquisição, tais como as realizadas por compra e venda, permuta, adjudicação, dação em pagamento, procuração em causa própria, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins;

2) transferência a herdeiros e legatários na sucessão *causa mortis*,

a donatários na doação, inclusive em adiantamento da legítima, ou atribuição a ex-cônjuge ou ex-convivente, na dissolução da sociedade conjugal ou união estável, de bens e direitos por valor superior àquele pelo qual constavam na Declaração de Ajuste Anual do de *cujus*, do doador, do ex-cônjuge ou ex-convivente que os tenha transferido;

3) alienação de bens ou direitos e liquidação ou resgate de aplicações financeiras, de propriedade de pessoa física, adquiridos, a qualquer título, em moeda estrangeira.

Os indicadores e as boas práticas de gestão

É bem verdade que a tecnologia pode fazer muito para as empresas. Mas não basta um software de gestão para seu crescimento. É fundamental integrar sua equipe nas soluções.

Melhorar o que já está bom é uma boa política de gestão, principalmente se os processos apresentarem resultados e sustentabilidade do negócio. Para que isso possa ser aplicado em sua empresa, é preciso dar o primeiro passo. De acordo com Carlos Eduardo Franco, membro da Comissão Técnica do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), “o ponto de partida para o sucesso é alcançar resultados confiáveis e duráveis”. Para tanto, orienta Franco, “é necessário ter boas práticas de gestão, a começar com a análise das questões mais críticas da empresa”.

A partir de indicadores das áreas financeira, de produção e sobre clientes, é possível estabelecer os primeiros caminhos a serem enfrentados. “Importante dizer que os indicadores servem para auxiliar o modelo de decisão, mas o indicador sozinho não faz nada, tampouco produz resultados. Ele precisa ser analisado criticamente”, diz o especialista. Os softwares de gestão são apoios, porém não resolvem problemas de gestão. As ferramentas de informações, por si só, não irão solucionar as questões de ordem

da administração.

O especialista diz ainda que é preciso enfrentar as deficiências de forma pontual, uma a uma: “Não tente resolver tudo de uma vez só. Se você escolher 10 pontos, acaba por não resolver nenhum. É melhor definir 3 a 4 pontos que sejam importantes e buscar as soluções para estes quesitos. É uma questão de foco. Depois, escolha outros pontos e faça o mesmo”, ensina.

Conforme ele, o “principal problema das empresas é na execução. Se planeja muito e não se executa. É melhor começar aos poucos e ter constância. A gestão não termina nunca. É preciso se manter remando. Senão, a empresa volta para trás”, contextualiza. Para os empresários que desejam aplicar boas práticas de gestão, “o começo é entender que problemas são basicamente uma oportunidade. Se você resolve o problema, você melhora. E focar no problema é buscar melhorias com apoio de sua equipe, o que já é um dos principais ganhos neste processo,” finaliza.

Bons exemplos de aplicação de boas práticas na área de serviços e na assessoria contábil é que não faltam. As empresas Aupercon, de Valdir Ferreira Rodrigues, e Dondoni Contabilidade, de Flávio Dondoni Jr, foram além dos sistemas próprios de gerenciamento contábil e passaram a utilizar o SESCON-RS + Gestão em suas organizações. “Temos hoje uma única plataforma que opera em todas as áreas da empresa, o que permite você avaliar todos os indicadores, sendo



CARLOS FRANCO



FLÁVIO DONDONI JR



VALDIR RODRIGUES

um dos principais benefícios para nossa administração”, sintetizou Dondoni. Para o empresário contábil, “o mapeamento de todas as atividades permite um ganho de produtividade, além de oferecer total controle de cada etapa. Já estamos operando há um ano com o SESCON-RS + Gestão e percebemos um aumento de satisfação dos clientes e também da nossa equipe, que foi envolvida desde o começo neste processo de melhoria de gestão”, concluiu.

Para Valdir Rodrigues, da Aupercon, um dos benefícios do programa que passou a integrar o modelo de gestão “nos permite um controle de documentos de forma integrada com todas as ações de atendimento aos clientes, o que representou maior agilidade com garantia de segurança”. Rodrigues tem a mesma opinião de Franco, do PGQP. “Só o SESCON-RS + Gestão sozinho não vai garantir resultados para o escritório. As melhorias de gestão fazem parte do nosso planejamento estratégico, e a utilização de ferramentas de apoio está em sinergia com as metas e objetivos propostos em conjunto com a nossa equipe de colaboradores”, disse o empresário contábil.

Trabalho temporário pode ser retorno ao mercado

Uma grande oportunidade de ingressar no mercado de trabalho é por meio da contratação temporária. Esse segmento da economia é uma das atividades representadas pelo SESCON-RS, que recentemente criou a Câmara Setorial das Empresas de Trabalho Temporário. Recentemente, a nova Câmara organizou o 1º Seminário Sobre o Trabalho Temporário no RS, no Centro de Eventos SESCON-RS, com a presença de palestrantes de expressão nacional sobre o tema. Confira a entrevista com a coordenadora da Câmara Setorial, Grazielle Pachla:

SESCON-RS – Qual o papel do trabalho temporário no atual panorama econômico gaúcho?

GRAZIELE PACHLA – O trabalho temporário é porta de entrada para primeiro emprego e também para melhor idade, que já não encontra mais tanta facilidade de recolocação. Diante dos desafios econômicos e dos altos índices de desemprego, o emprego temporário deixou de ser visto como alternativa de renda complementar para ser uma real chance de retorno ao mercado. Pessoas que não têm tanta qualificação e experiência encontram na vaga temporária uma oportunidade de mostrar sua força de vontade e talento para conseguir efetivação.

SESCON-RS – Qual o cenário nesse ano de recessão?

GRAZIELE PACHLA – A estimativa de contratação em nível nacional é de 35% a menos que o ano passado. No RS, esse número deve ser 60% a menos do que foi ofertado em 2014. Para este final de ano, temos a estimativa de três mil contratações temporárias aqui



FOTO: SESCON-RS/ASCOM

GRAZIELE PACHLA

no Estado. Os setores mais afetados este ano, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC) são os dos móveis e eletrodomésticos, em razão da desvalorização cambial, alta da inflação e do encarecimento do crédito.

SESCON-RS – Qual a porcentagem de efetivação?

GRAZIELE PACHLA – Pesquisa sempre apontou um percentual de 30% de efetivação. Com exceção do ano passado e este ano, que a estimativa é de menos de 10%.

SESCON-RS – Como irá funcionar a Câmara Setorial?

GRAZIELE PACHLA – A Câmara foi criada para atender as necessidades de desafios em comum das empresas de trabalho temporário. Buscar soluções e estreitar o relacionamento entre entidades e órgãos do governo para incentivar esta modalidade de contratação qual contribui social e economicamente para o país. Nossa ideia é de promover um encontro mensal no SESCON-RS para deliberar ações conjuntas.

Parlamentar federal e estadual custa cerca de R\$ 1 milhão por mês

A estrutura legislativa da União (Câmara e Senado), das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores brasileiras custam por ano cerca de R\$ 28 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional. Esse valor é equivalente ao principal projeto social do atual governo, o Bolsa Família, e duas vezes maior ao que é investido em Ciência e Tecnologia nas três esferas. A conclusão é de estudo do Projeto Gestão Pública Eficaz, do SESCON-RS em parceria com a PUCRS. De acordo com as análises, a estrutura disponibilizada para cada parlamentar estadual ou federal (deputados e senadores), por exemplo, custa cerca de R\$ 1 milhão por mês aos cofres públicos.

A comparação permite se ter noção do custo da máquina pública legislativa. De acordo com o Presidente do SESCON-RS, para manter uma estrutura inchada como essa, o Governo aumenta os impostos, prejudicando ainda mais empreendedores e trabalhadores. “É um verdadeiro absurdo, ainda mais nesse momento falimentar do governo estadual e do governo federal, que apresentou a previsão orçamentária para 2016 com déficit de 30,5 bilhões de reais”, afirma Diogo Chamun.



FOTO: CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO

PARLAMENTARES CUSTAM 28 BILHÕES AO ANO

Segundo ele, há que se levantar a discussão sobre a necessidade do Brasil ter uma estrutura bicameral (Câmara e Senado) e a atual quantidade de parlamentares e assessores. “Só aqui no RS, cada deputado tem direito

a dezessete assessores. Para garantir uma maior eficiência, o voto distrital traria garantia de representatividade das regiões, além de viabilizar uma possível redução de deputados e de pessoas em seus gabinetes”, sugere.

CONTROLE SOCIAL

Para o professor do Departamento de Economia da PUCRS, Gustavo Moraes, mesmo que o custo dos legislativos tenha ficado estável ao longo dos

últimos anos é possível realizar um significativo corte de gastos. “Possivelmente as assembleias legislativas tenham o maior potencial de corte. Em média, um

deputado estadual custa mais caro à sociedade do que deputados federais ou senadores, ainda que esses últimos tratem de problemas mais complexos,

de maior alcance e maior abrangência territorial. Mas vale ressaltar que o Congresso também deveria sofrer uma revisão estrutural”, aponta.

**DIRETORIA
TITULARES**

Presidente:
Diogo Ferri Chamun
Vice-Presidente:
José Tadeu Jacoby
Diretor Administrativo:
Valdir Ferreira Rodrigues
Vice-Diretor Administrativo:
Maria Onira Colissi
Diretor Financeiro:
Maurício Gatti
Vice-Diretor Financeiro:
Eduardo Sinigaglia
Diretor de Relações do Trabalho:
José Roberto Santos Pires
Diretor de Assuntos Legislativos:
Célio Luiz Levandovski
Diretor de Eventos:
Flávio Dondoni Jr.
Diretor de TI:
Flávio Duarte Ribeiro Jr.
Vice-Presidente – Região Taquari:
Jandir Dickel
Vice-Presidente – Região Central:
Leono Pacheco de Oliveira
Vice-Presidente – Região Vale dos Sinos:
Maria do Socorro da Cruz Bittencourt
Vice-Presidente – Região da Produção:
Gilberto Zanin de Souza

SUPLENTE

Celso Luft
Marice Franchetti
João Batista Custódio Duarte
Lucia Elena da Motta Haas
Paulo Ricardo Maia
Marcelo Alexandre Vidal
Jéssica Benetti de Oliveira
Ana Paula Mocalin Queiroz
Carlos Zenon Koch da Silva

CONSELHO FISCAL

TITULARES
Rogério Costa Rockembach
Jorge Luiz Bersch
Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTE

Tassiro Astrogildo Fracasso
Inêva Fátima Lodi
Alexandre Sehn

**Delegados Representantes
junto à FECOMÉRCIO**

TITULARES
Diogo Ferri Chamun
Jaime Gründler Sobrinho

SUPLENTE

Célio Luiz Levandovski
Valdir Ferreira Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Nasi
Diogo Chamun
Flávio Dondoni Jr.
Flávio Obino Filho
Jaime Gründler Sobrinho
José Roberto Santos Pires
Jussara Corrêa
Maurício Gatti
Nelson Dutra
Valdir Ferreira Rodrigues



Office Press Comunicação

Fone: (51) 3325.6061
www.officepress.com.br
office@officepress.com.br

Editor Responsável: Guto Moisés
(Fenaj 6543/RS)

Revisão: Press Revisão
Projeto Gráfico: Pense-Design

Fotos: Arquivo SESCO-RS
e Office Press Comunicação

EVENTOS NA SEDE

08/10 – Palestra Domicílio Tributário Eletrônico e Programa SEFAZ 2015, com Gina Pavão André, Lisiane de Azere-do e Mário Palma. Entre os temas em discussão, estiveram benefícios para quitação e parcelamento de dívidas de ICMS, acesso, simulações e parcelamento.

14/10 – Perícia Cível – Teoria e Prática, com Cesar Alencar da Silva. Curso visa proporcionar conhecimentos básicos relativos à análise processual em cálculos cível.

15/10 – Palestra Bloco K e o novo controle de estoque das empresas, com Francisco Laranja. Encontro visa esclarecer aos empresários, clientes de escritórios contábeis, as mudanças que irão afetar a rotina de suas empresas.

19/10 – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Francisco Laranja. Curso visa analisar a nova legislação que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

28/10 – Curso ICMS – Prática e Escrita Fiscal, com Ademir Vanzella. A capacitação tem por objetivo capacitar para atuação na área fiscal das empresas.

18/11 – 1º Seminário sobre Trabalho Temporário no Rio Grande do Sul. Encontro trouxe nomes de expressão nacional para debater assuntos relativos a esse segmento representado pelo SESCO-RS.

20/11 – E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas, com Cláudia Bressler. O encontro discutiu entre outros assuntos, as rotinas de admissão de funcionários, a jornada de trabalho, o afastamento e as férias sob a ótica desse novo paradigma.

23/11 – Sociedade em Conta de Participação e Sociedade de Propósito Específico SCP e SPE, com Paulo Joni Teixeira.

24/11 – Tributação: Como enfrentar os desafios e descobrir oportunidades em tempos de crise, com Geovane Alves. Capacitação visa oferecer uma abordagem teórica, prática e atual acerca do direito tributário.

25/11 – Intensivo de ICMS – Com as Atualizações para 2016, com Ademir Vanzella. A capacitação tem por objetivo atualizar para a atuação na área fiscal/contábil das empresas, focado na NFE e no regime da Substituição Tributária do ICMS.

27/11 – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Francisco Laranja. Curso visa analisar a nova legislação que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

14/12 – Encerramento de Balanço para o ano-calendário 2015, com Rosane Kuhn. Curso visa orientar os participantes para procedimentos com base na nova legislação.

INTERIOR

08/10 – SANTA MARIA – Alterações no Sped Fiscal para 2016: foco no Bloco K, com Francisco Laranja. Curso visa atualizar o participante sobre as alterações no Sped Fiscal para 2015, em especial todos os registros e lançamentos no Bloco K para 2016.

16/11 – URUGUAIANA – E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas, com Cláudia Bressler. O encontro discutiu entre outros assuntos, as rotinas de admissão

de funcionários, a jornada de trabalho, o afastamento e as férias sob a ótica desse novo paradigma.

20/11 – SANTA MARIA – Procedimentos para Encerramento de Balanço, com Sérgio da Porciúncula. O encontro tratou do Lucro Real, Presumido e Arbitrado.

23/11 – SÃO LEOPOLDO – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Eliane Valcam. Curso visa analisar a nova legislação que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

23/11 – URUGUAIANA – Principais Operações e Rotinas do ICMS e IPI, com Francisco Laranja. Curso visa minimizar erros cometidos na emissão ou escrituração fiscal.

26/11 – MONTENEGRO – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Francisco Laranja. Curso visa analisar a nova legislação que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

30/11 – SÃO LEOPOLDO – Atualização de ICMS para 2016, com Ademir Vanzella. Curso visa preparar profissionais para atuação na área fiscal das empresas.

02/12 – LAJEADO – Encerramento de Balanço para o ano-calendário 2015, com Rosane Kuhn. Curso visa orientar os participantes para procedimentos com base na nova legislação.

07/12 – SANTA MARIA – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Francisco Laranja. Curso visa analisar a nova legislação

que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

09/12 – CACHOEIRINHA – Emenda Constitucional 87/2015, com Ademir Vanzella. Curso visa preparar para atuação segura e eficaz na área fiscal das empresas, focado no ICMS Diferencial de Alíquota para Não Contribuintes.

10/12 – SÃO LEOPOLDO – e-Social 2.1 – Incluído EFD Reinf, com Eliane Valcam. Curso visa demonstrar de forma clara e objetiva as novas regras de envio de informações trabalhistas e previdenciárias.

11/12 – PASSO FUNDO – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Francisco Laranja. Curso visa analisar a nova legislação que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

15/12 – LAJEADO – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Francisco Laranja. Curso visa analisar a nova legislação que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

18/12 – PELOTAS – Desoneração da Folha de Pagamento com as alterações da lei nº 13.161 de 31/08/2015, com Francisco Laranja. Curso visa analisar a nova legislação que trata sobre a desoneração da folha, novas regras.

UNIFENACON

15/10 – Créditos de ICMS / IPI sobre Aquisição de Mercadorias e Bens, com Graziela Machado. Seminário analisa a legislação, a não cumulatividade do ICMS e saída com alíquota zero, entre outros tópicos.

29/10 – Emenda Constitucional 87/2015 e as Mudanças no ICMS para 2016, com José Meira Junior. Seminário analisa alíquotas, a nova sistemática de distribuição das receitas do ICMS e o que muda, entre outros tópicos.

12/11 – Aspectos Atuais e Polêmicos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS, com Lúcia Young. Seminário traçou um histórico da tributação no Brasil, os elementos do ISS e as sociedades uniprofissionais, entre outros tópicos.

26/11 – As Novas Regras da Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (Desoneração da Folha), com José Alfredo do Prado Junior. Seminário abordou os setores incluídos atualmente, as regras para a construção civil a compensação de créditos previdenciários com a CPRB, entre outros tópicos.

15/12 – A Nova Legislação do Empregado Doméstico – Incluindo os Lançamentos no e-Social – Novo Módulo Empregador Doméstico, com José Alfredo do Prado Junior. Seminário abordou o Contrato de Trabalho, férias, FGTS, entre outros tópicos relativos ao tema.

COMITÊ SESCON-RS/PGQP

05/10 – A Busca do Diferencial na gestão, com Karina Hofstatter. Palestra discorreu sobre a comunicação assertiva, a importância da gestão de pessoas e o fortalecimento do foco na gestão.

07/12 – Os Colaborativos estão Chegando. E Agora? Palestra mensal com Eduardo Cheffe, que abordou o papel dos líderes e as novas relações de trabalho.

Ser empreendedor

■ DR. AUGUSTO CURY

Ser um empreendedor é executar os sonhos, mesmo que haja riscos. É enfrentar os problemas, mesmo não tendo forças. É caminhar por lugares desconhecidos, mesmo sem bússola. É tomar atitudes que ninguém tomou. É não esperar uma herança, mas construir uma história.

O código do empreendedorismo alicerça o processo de observação, dedução, indução, raciocínio esquemático. Não é um código supersticioso, mas é o código que nos faz ousar, arriscar, atrever e aventurar. Que nos anima a andar por trajetórias nunca antes traçadas, por aventuras nunca antes programadas. Esse código financia as descobertas imediatas nos estaleiros intelectuais. Ele nos dá subsídios para produzir soluções não vistas e saídas não enxergadas.

É preciso incentivar a formação de empreendedores que amam a lei do maior esforço, capazes de mudar o traçado da sua história, ser líder de si mesmo. É preciso incentivar as pessoas a enfrentarem seus problemas mesmo que hajam riscos, pois quem vence sem obstáculos triunfa sem glória. Não há vitórias sem derrotas e nem pódio sem labuta. Como empreendedor, você er-

rará diversas vezes, mas esse é o preço da conquista.

A lei do maior esforço representa a atitude inteligente do EU em se indignar com suas inabilidades e defeitos, o que

o leva a se reciclar, se equipar, agir, se reconstruir; impulsiona o EU a usar estratégias para empreender uma nova jornada, seja ela interior ou exterior, para conquistar o que lhe falta, o que planeja e sonha.

Essa lei é a mola propulsora para o desenvolvimento das funções vitais da inteligência,

como a capacidade de gerenciar os pensamentos, proteger a emoção, expor e não impor as ideias, ter carisma, empatia, resiliência. Quem respira a lei do maior esforço descontamina-se do “coitadismo” e do “conformismo”. Não admite ter uma mente escravizada e refém.

Explore o desconhecido! Liberte-se do cárcere da insegurança e saia da zona de conforto dos seus diplomas, status e sucessos antigos. Penetre no labirinto da vida. Traga soluções para os problemas e previna erros no trabalho. Tenha novas atitudes para encantar

“

Para ser empreendedor, é necessário recolher as armas e abraçar mais, estimular a interiorização, fomentar a resiliência, irrigar o pensamento crítico, aprender a pilotar a mente.

FOTO: INSTITUTO AUGUSTO CURY/DIVULGAÇÃO



os filhos, a namorada, o cônjuge e os colegas.

Para ser empreendedor, é necessário recolher as armas e abraçar mais, estimular a interiorização, fomentar a resiliência, irrigar o pensamento crítico, aprender a pilotar a mente.

Quantos projetos você deixou para trás? Quantas vezes seus temores bloquearam seus sonhos? Ser um empreendedor não é esperar a felicidade acontecer, mas conquistá-la.

■ Psicanalista e Escritor

*Valor da parcela correspondente a 12 créditos da Graduação em Logística, mediante apresentação do cartão Sisco/Senac no ato da matrícula.

QUER CRESCER?

VEM PRA CÁ.

Cursos Superiores

- Bacharelado em Administração
- **Bacharelado em Ciências Contábeis** NOVO
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Comércio Exterior
- Design de Moda
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira
- Hotelaria
- Logística
- Marketing
- Produção Multimídia
- Redes de Computadores
- **Sistemas para Internet** NOVO

Até **20%** de desconto para
comerciários

Vestibular senac

Inscrições:
senacrs.com.br/vestibular

Mensalidades
a partir de R\$ 303,45*

Faculdade Senac Porto Alegre
Rua Coronel Genuíno, 130 e 358
Fone: (51) 3022.1044

Fecomércio RS

senac



**Agradecemos
as marcas
que conosco
potencializaram
o sucesso do
3º EGESCON**



**A Próxima edição do EGESCON
já tem data marcada! Agende-se!**

21 e 22 | novembro | 2016